

PRÁTICAS INCLUSIVAS NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Natália Rampelotto Santi¹

Paula Lamb Quilião²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal uma pesquisa sobre práticas inclusivas na Libras, essas práticas têm como objetivo um ensino significativo e atrativo. Para o aprendizado, é necessário que haja um desejo de aprender, conhecer, uma curiosidade, uma inquietação, sendo que isto vale tanto para surdo quanto para ouvintes, momentos de contação de história em Libras, com livros interessantes que instiguem o desejo da leitura, trabalho com textos úteis para os alunos como diários, cartas, reportagem são formas possíveis de começar um trabalho. Rodas de leitura, visita a biblioteca são momentos que podem ser interessantes para a estimulação do aluno. A presente pesquisa tem como base o seguinte tema: Práticas Inclusivas na Libras. Esta pesquisa foi realizada na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2019. Foram utilizados como procedimentos técnicos pesquisas bibliográficas. Toda revisão foi feita a partir de artigos publicados em periódicos. Ao confeccionar este projeto, percebeu-se a precária educação brasileira para surdos. Escolas não estão preparadas, professores não sabem como atendê-los. O objetivo dos alunos é uma educação bilíngue que ainda é pouco eficiente no Brasil. A família exerce um papel fundamental no processo de inclusão dos alunos surdos, ela necessita compreender, antes de qualquer coisa, o nível de comprometimento da deficiência dessa criança, a fim de auxiliar o aluno e a escola na efetivação do aprendizado, não para superprotegê-la perante sua deficiência, muito pelo contrário, a proposta é valorizar o estudante, deixando de lado a estigmatização da deficiência.

Palavras-chave: Práticas Inclusivas. Libras. Surdos

INTRODUÇÃO

Dentro das escolas percebe-se que há diferenças. Alunos das mais variadas classes, raças, concepções, ideias e formas. Os professores buscam criar e possibilitar forma de construir o conhecimento de forma que valorize cada vez mais cada individualidade. As políticas públicas de inclusão têm proporcionado a escola inclusiva, a qual constrói conhecimentos com as mais diversas realidades.

¹Graduada pelo Curso de Biologia do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Uninter, graduanda do curso de Letras Libras pela Universidade Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) n.santi@hotmail.com.

²Graduada pelo Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em saúde pública pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), graduanda do Curso de Pedagogia da Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB), plambquilio@gmail.com;

Na concepção da educação inclusiva, existem alunos surdos, que tem como sua língua materna a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Foi com a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 que tornou-se a segunda língua oficial do Brasil. No seu parágrafo único entende-se como língua brasileira de sinais a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas no Brasil. De acordo com o Censo escolar no Brasil, na educação básica, há aproximadamente 21.987 alunos surdos matriculados, e 32.121 com deficiência auditiva.

Espera-se que as escolas possuam práticas inclusivas da Libras, de forma que a inclusão seja efetivada. Para a realização deste trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo.

A constituição federal já sinaliza que a educação é um direito de todos e um dever do estado e da família. Devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988), para isso, a escolarização de alunos que apresentam alguma diferença passou a ser promovida pela escola, e hoje são chamadas de escolas inclusivas, para Jesus (2011) são escolas onde todas as pessoas com as mais diferentes histórias de vida e condições de existência possam aprender juntas. Essas escolas são norteadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 que garante o direito desses alunos estudarem em escolas regulares, recebendo atendimento educacional especializado para atender suas necessidades educacionais sempre que necessário ou seja, um “[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação desses alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, art. 1º). A educação brasileira a partir da Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem tencionado múltiplos espaços de visibilidade para constituição, efetiva, de uma educação que garanta a igualdade de oportunidades. Neste sentido, o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), amparado pela Lei de Libras nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 garantiu em caráter obrigatório a inclusão do ensino de libras nos sistemas educacionais Federal, Estadual e Municipal desafiando as universidades a constituir cursos de graduação, em caráter de licenciatura, para a referida atuação profissional (GODOI, 2011). Diante desse contexto, percebemos um percurso tímido na inserção da disciplina de libras nos currículos da Educação Básica e Superior, percorrendo por esta dinâmica percebe-se como agravantes decisões políticas, metodologias e procedimentos inadequados ao planejamento

educacional, fragil formação universitária e ainda a secundarização do cumprimento das políticas públicas educacionais (FERNADES, 2006).

Entender o ensino de Libras envolve um conhecimento histórico e sócio antropológico para uma análise legítima do panorama atual, considerando as lutas da comunidade surda, além da necessidade da inclusão social nos faz reconhecer que o ensino de libras e suas práticas educativas demandam de discussão, debates, disputas teóricas e políticas em diversos espaços formativos (BRITO, 1993).

Mas deve-se pensar além do simples acesso à escola, devemos pensar em que práticas e como esses professores estão sendo preparados para receber os alunos devidamente, para construir conhecimentos significativos com esses educandos. Para Sader:

[...] o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos e que o processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela (SADER, 2005, p. 16);

Para a autora Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial, no caso de alunos Surdos, que é o tema trabalhado neste projeto, não basta que os professora apenas conheçam a língua de sinais, ela não é suficiente para escolarizar o aluno surdo. Com isso, a escola deve implementar ações que promovam uma a aprendizagem. Para que o surdo possa ter conhecimento do mundo que o cerca, além de dominar sua língua natural, é necessário também o conhecimento da língua portuguesa. É importante que a escola esteja preparada para receber o aluno surdo, com profissionais qualificados para auxiliá-lo na construção do seu próprio conhecimento.

Um ensino significativo e atrativo é uma das propostas de uma educação inclusiva, para Brasil (2001) a escola deve proporcionar oportunidade de aprender, interagir, criar, pensar e ter acesso a todas as tecnologias que auxiliem a superar barreiras e valorizar as potencialidades. A utilização dessas tecnologias podem ser um aliado na aprendizagem. Para Didó (2013) considerando as especificidades linguísticas do aluno surdo, faz-se necessário uma prática pautada no dialogismo, com concepção bilíngue e bicultural. A mesma autora traz que é preciso pensar em forma de adaptar uma aula, criando um ambiente no qual o intérprete não seja necessário, como nas escolas bilíngues (DIDÓ, 2013). As escolas devem pensar se suas práticas pedagógicas estão contribuindo para o processo de ensino aprendizagem. O professor não pode deixar sob a responsabilidade do intérprete ensinar o aluno, de acordo com Lacerda (2006) os papéis do intérprete e do professor devem ser bem demarcados. Para a existência de uma

educação bilíngue para surdos é necessário que se atente para os aspectos como a linguagem, participação da família, políticas públicas eficientes e professores preparados (SOUZA, 2012).

O professor não transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades (LIBÂNEO, 1994, p.250).

O professor tem papel de mediador, e deve ouvir o aluno, ouvir seus conhecimentos prévios para que desta forma, construa o conhecimento.

A educação bilíngue representa uma mudança na maneira de conceber a surdez, inovando as práticas de ensino com a língua de sinais (L1). Para o autor Botelho (2005) no Brasil, a educação bilíngue é pouco divulgada, mas em alguns países como Dinamarca e Suécia, os sujeitos surdos são formados em língua de sinais, leitura e escrita. A luta pela educação bilíngue é constante. Sabe-se que a educação bilíngue é possível, mas as ferramentas para se fazer a educação estão disponíveis, é necessário desconstruir o modelo tradicional, assim sendo:

O surdo seja no ambiente social, seja no ambiente escolar, necessita de estratégias para estruturação de seu pensamento, e para isso fará uso da sua identidade, cultura e linguagem, com a finalidade de partilhar experiências e autonomia de aquisição do saber. (SKLIAR, 1999).

Para o aprendizado, é necessário que haja um desejo de aprender, conhecer, uma curiosidade, uma inquietação, sendo que isto vale tanto para surdo quanto para ouvintes. Para a autora Didó (2013) momentos de contação de história em Libras, com livros interessantes que instiguem o desejo da leitura, trabalho com textos úteis para os alunos como diários, cartas, reportagem são formas possíveis de começar um trabalho. Rodas de leitura, visita a biblioteca são momentos que podem ser interessantes para a estimulação do aluno. É importante subsidiar a leitura mais autônoma, como o aluno surdo não tem o apoio auditivo, é possível fazer textos e registros em português escrito e escrita de sinais. Já existem livros traduzidos para a língua de sinais, como por exemplo: Cinderela Surda, O Feijãozinho Surdo, Rapunzel Surda, entre outros. O dicionário alfabético é uma forma de auxiliar o aluno na leitura, pois quando ele não reconhece alguma palavra, ele procura pela letra inicial.

É necessário um professor preparado para receber o aluno surdo em sala de aula:

Sem a presença de intérpretes e sem que o professor tenha uma formação sólida no que se refere à educação de surdos, mais especificamente no que se refere a procedimentos curriculares e pedagógicos implicados em uma educação bilíngue bicultural para surdos, prejuízos para os professor e alunos estarão sendo produzidos. Entre esses prejuízos, é possível citar a pura e simples memorização por parte do aluno surdo do vocabulário em português. (LOPES & MENEZES, 2010).

Fernandes (1999) afirma que os surdos buscam na escola a incorporação social e, conseqüentemente, conquistar seus direitos de cidadania. O professor deve pensar na proposta

para alunos ouvintes e para alunos surdos, visto que segundo a autora Didó (2013) é indispensável estruturar atividades que permitam a compreensão também pelo aluno surdo, respeitando suas diferenças linguísticas e culturais. O papel do professor é impedir que barreiras de comunicação privem o aluno surdo de receber informações ou de interagir com o grupo, um professor interessado e preparado aliado a um intérprete farão com que a aprendizagem desse aluno tenha crescimentos.

METODOLOGIA

Este trabalho é organizado a partir de uma metodologia de análise de trabalhos publicados dentro do tema escolhido. O tema é Práticas Inclusivas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Para realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos (SEVERINO, 2016).

A revisão bibliográfica foi feita através de pesquisas em plataformas online com disponibilização de trabalhos realizados anteriormente. De acordo com os pensamentos do autor Severino (2016) a pesquisa bibliográfica utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Para Lakatos e Marconi (2000) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores. Ela é o passo inicial na construção efetiva de pesquisa para saber se já existe um trabalho ou projeto na área (SEVERINO, 2016).

Após a escolha do tema, é necessário fazer um apanhado sobre os trabalhos que abordaram o tema. Toda pesquisa científica é um processo inacabado, pois o conhecimento nunca tem fim, sempre é aprimorado, o conhecimento é uma construção social, feita a partir de estudos. A pesquisa qualitativa é uma proposta de investigação que possibilita apropriação de conhecimento, onde o investigado é coautor do seu próprio processo de construção do conhecimento (SEVERINO, 2016). Com os artigos e trabalhos separados, será analisado as opiniões traçando os principais trabalhos que abordam o tema das práticas inclusivas na Libras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao confeccionar este projeto, percebeu-se a precária educação brasileira para surdos. Escolas não estão preparadas, professores não sabem como atendê-los. O objetivo dos alunos é uma educação bilíngue que ainda é pouco eficiente no Brasil. A família exerce um papel fundamental no processo de inclusão dos alunos surdos, ela necessita compreender, antes

de qualquer coisa, o nível de comprometimento da deficiência dessa criança, a fim de auxiliar o aluno e a escola na efetivação do aprendizado, não para superprotegê-la perante sua deficiência, muito pelo contrário, a proposta é valorizar o estudante, deixando de lado a estigmatização da deficiência. (BOTELHO, 2005). Além da família, essa discussão deve percorrer as políticas públicas, para Souza (2012) é necessário pensar no papel do Estado para a efetivação da educação da comunidade surda na perspectiva bilíngue, repensar os projetos políticos pedagógicos e a formação dos professores. O estado deve fornecer cursos de formação continuada para professores estarem adeptos a receber os alunos da melhor maneira. A possibilidade de conceber uma educação na qual haja diálogo e participação direta dos alunos com as pessoas e materiais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem para que seja possibilitada a construção do conhecimento.

Segundo Souza (2012) no Brasil a proposta bilíngue depende da mudança de perspectivas das políticas públicas sobre surdos e surdez, a prática do bimodalismo como sinônimo de bilinguismo, inviabiliza a efetivação dessa proposta. É preciso o reconhecimento prático e efetivo da Libras para que os surdos possam participar de forma autônoma da sociedade. É possível fazer uma educação bilíngue, as ferramentas estão disponíveis, segundo Souza (2012) é necessário desconstruir o modelo tradicional, seus pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. A mesma autora relata que é difícil falar em escola bilíngue no Brasil, pois há uma diferença no que é proposto na teoria e o que é executado na prática. (SOUZA, 2012). Existe uma legislação que busca priorizar a educação bilíngue, mas para a mesma ser efetivada, deve haver uma grande melhora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com toda a leitura para a aquisição de conteúdos sobre o assunto, percebe-se que as escolas e os professores não estão preparados para uma educação bilíngue. Nas salas de aula, encontram-se alunos interessados, buscando uma educação de qualidade e lutando por seus direitos, assim, o professor tem o papel primordial de empenhar-se buscando muito além da matéria, mas o autoconhecimento, a capacidade crítica e reflexiva sobre as práticas educativas e metodológicas. Práticas essas que devem ser buscadas dentro da realidade de cada aluno, construindo um conhecimento que resultarão na evolução da metodização do ensino, adaptando-se às diferentes realidades mutáveis que o mundo proporciona.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001;

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2**. Institui diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

_____. **Constituição**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTANON, Gustavo. **Introdução à Epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007.

BOTELHO, P. **Linguagem e Letramento na educação de surdos: ideologias e Práticas Pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 21;

DIDÓ, A. G.; POKORSKI, J. de O. **Práticas de Ensino em Deficiência Auditiva**. Programa de Pós-Graduação EAD. Indaial: Uniasselvi, 2013;

DORZIAT, A. **Releitura da surdez na sociedade e suas implicações educacionais**. Cadernos de educação especial. Santa Maria, 1998, pp. 15-27;

FERNANDES, S. **É possível ser surdo em português? Língua de Sinais escrita: em busca de uma aproximação**. In: SKLIAR, Carlos (org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999;

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002;

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B. **Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais a locais**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 95-108, jul./set. 2011. Editora UFPR;

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes. Campinas, vol. 26, nº69, p. 163-184. Maio/Ago, 2006;

LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

Caderno de Educação (UFPel), 2010. (p.69-90);

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000;

NARDI, R. **Educação em Ciências**: da pesquisa à prática docente. 4. Ed. São Paulo: Escrituras, 2010;

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 15-18;

SCHELP, P. P. **Letramento e alunos surdos**: práticas pedagógicas em escolas inclusivas. IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 à 29 de Outubro de 2009, PUCPR;

SOUZA, A. C. da S. **Educação Bilíngue para surdos**: perspectivas e construções. V Seminário Nacional de Educação Especial. Universidade Federal de Uberlândia, 2012;

SKLIAR, C. **Atualidades de Educação Bilingue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.